



ANDANÇAS PELOS “CAMINHOS DA NOITE”: EXPLORANDO ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA EM SANTA CATARINA

WALKING THE “PATHS OF THE NIGHT”: EXPLORING WOMEN’S ARCHIVES IN MEMORY INSTITUTIONS IN SANTA CATARINA.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.20095>

Karla Simone Willemann Schütz

Universidade Federal de Santa Catarina

 <https://orcid.org/0000-0003-0177-078X>

karlawschutz@gmail.com

Recebido em 23 de janeiro 2024

Aprovado em 04 de abril de 2024

RESUMO: O presente artigo analisa a presença de arquivos pessoais de mulheres em duas instituições de memórias do estado de Santa Catarina. O estudo direciona seu olhar metodológico para as práticas adjacentes aos procedimentos de arquivamento dessas instituições e as dinâmicas de construção da memória, observando ao mesmo tempo os contextos sócio-históricos e os conteúdos desses conjuntos documentais. Por meio dessa abordagem, observou-se o silenciamento da presença de documentos e arquivos de mulheres nos instrumentos de pesquisa de ambos arquivos, bem como, a ausência de ferramentas que auxiliassem a localização dessa documentação.

ABSTRACT: This article analyzes the presence of women’s personal archives in two memory institutions in the state of Santa Catarina. The study directs its methodological focus to the practices adjacent to the archiving procedures of these institutions and the dynamics of memory construction, while observing the socio-historical contexts and the contents of these documentary sets. Through this approach, we observed the erasure of the presence of women’s documents and files in the research instruments of both archives, as well as the absence of tools that would help locate this documentation.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Arquivos de Mulheres; Instituições de Memória; História das Mulheres.

Key words: Personal files; Women’s Archives; Memory Institutions; Women’s History.

Introdução

Em seu artigo *Tacit narratives: the meaning of Archives*, o arquivista holandês Eric Ketelaar (2001) afirma haver, no interior das coleções que dão forma aos arquivos, inúmeras narrativas que não são visíveis e que não estão concentradas apenas nas informações que um documento carrega. Segundo ele, diversas outras histórias estão escondidas por trás dos procedimentos de tratamento que visam tornar acessíveis os conjuntos documentais espalhados pelos mais diversos locais do mundo, tais como os processos de classificação e descrição documental. Assim sendo, pelo que nos sugere Ketelaar, pode-se depreender que o arquivista também é um criador de narrativas.

Esse mesmo autor defende que os arquivos e os registros que guardam são objetos passíveis de “ativações” em todas as etapas de sua vida: desde o arquivo corrente, passando pelo arquivo intermediário e, por fim, no arquivo permanente. Mas o que seriam essas ativações? De acordo com Ketelaar, ao longo do seu ciclo vital, o documento é ativado (ou seja, criado, processado, revisitado, interrogado) por seu criador, por seus guardiões, por seus usuários em potencial, e claro, pelo arquivista que, por meio de seus pressupostos e ferramentas, torna o documento passível de ser acessado. “Cada interação, intervenção, interrogação e interpretação por parte de um criador, usuário e arquivista é uma ativação do registro. O arquivo é uma ativação infinita do registro” (KETELAAR, 2001, p.137, tradução nossa).

Ao se fazer um cruzamento entre essa perspectiva apresentada por Ketelaar, que traz à cena o entendimento da existência de narrativas tácitas, narrativas subjacentes aos documentos e o diagnóstico de sub-representação da mulher nos acervos de diferentes instituições de memória, propõe-se aqui uma reflexão sobre as “ativações” operadas por uma pesquisa que tem como objetivo identificar arquivos de mulheres espalhados por instituições catarinenses.

Inserida em um panorama atual de discussões (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2018) que buscam observar as relações de gênero subjacentes também aos processos de arquivamento de diferentes instituições de salvaguarda, a pesquisa denominada *Jogos de sombra e de luz: a presença de arquivos de mulheres em instituições de memória em Santa Catarina*, desenvolvida em nível de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal

de Santa Catarina, tem como objetivo mapear, catalogar e divulgar a existência de arquivos em instituições de memória do estado de Santa Catarina que tenham mulheres como titulares.

Ao fim do projeto, com a publicação de um instrumento de pesquisa (um guia) pretende-se visibilizar a atuação de diferentes mulheres da sociedade catarinense, em especial aquelas que tiveram papéis ativos em suas comunidades. Em consonância com o que prevê Lei nº 18.226, de 13 de outubro de 2021 - a qual inclui como conteúdo transversal, no currículo da educação básica de escolas públicas e privadas do estado, a História das Mulheres do Campo e da Cidade - objetiva-se contribuir com o reconhecimento das trajetórias e com a produção de conhecimento sobre a história das mulheres no estado, o que pode fomentar ainda um incentivo à participação e envolvimento de mulheres mais jovens em suas próprias comunidades.

As ativações sobre as quais pretende-se refletir são um recorte da pesquisa acima mencionada e se desenvolveram por meio de uma abordagem etnográfica dos arquivos, aqui entendida como um movimento metodológico que desloca a atenção especificamente dos documentos para os processos que os salvaguardam e os tornam acessíveis (HEYMANN, 2013). Ou seja, os arquivos que aqui são objeto de análise foram observados a partir das histórias que os constituíram, das políticas que definiram o que abrigam, dos instrumentos de pesquisa que tornam acessíveis seus acervos e, por fim, dos documentos que os integram.

Essa abordagem deseja entender suas lógicas de constituição, seus contextos, buscando ao longo desse processo as vozes não ouvidas nesses acervos, especialmente, as narrativas tácitas de mulheres que eles possivelmente abrigariam. Na maioria das vezes soterradas pelas presenças masculinas, essas vozes demandam um olhar cuidadoso, quase como se procurássemos uma agulha no palheiro. Um cenário tributário não só da falta de documentos sobre essas mulheres, como ainda na década de 1980 afirmou a historiadora Michelle Perrot (1989), mas também da ausência de instrumentos de pesquisa que pudessem ajudá-las a "levantar suas vozes", como se verá a seguir.

Como apontado anteriormente, a pesquisa investiga instituições de memória espalhadas por diferentes municípios catarinenses, porém, para refletir com maior atenção sobre essas narrativas, foram escolhidas duas instituições onde a busca já foi em um primeiro momento finalizada. São elas: o Arquivo Público de Santa Catarina (APESC) e o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina,

onde foram realizadas visitas semanais ao longo dos meses de junho e setembro de 2023.

Antes de caminharmos pelos arquivos, vale enfatizar o porquê de entender esse trajeto como um percurso no “breu”. Aqui, a “andança pelos caminhos da noite” é uma expressão metafórica que descreve uma exploração em meio à incerteza, sendo empregada para ilustrar a busca por algo que não é facilmente visível ou compreensível. No contexto aqui observado, sugere a investigação profunda e atenta nos arquivos, procurando desvendar e dar visibilidade a narrativas e experiências de mulheres que historicamente foram negligenciadas ou sub-representadas nos registros documentais. A ideia que quer se trazer é que essa exploração que ocorreu em meio a desafios e dificuldades, simbolizados pela escuridão, buscou ao mesmo tempo trazer à luz histórias que ao longo do tempo podem ter sido ignoradas ou obscurecidas.

Os espaços de observação

A iniciativa de criação do APESC remete a diferentes momentos da história catarinense e as informações sobre sua emergência, em certos momentos, parecem desconstruídas. Algo que não é incomum quando tentamos buscar a origem histórica de instituições, personagens ou eventos históricos, por sua precisão e necessidade de encontrar fontes que a comprovem, esses dados são diversas vezes difíceis de encontrar. Segundo o *website* do próprio APESC, a idealização de sua construção já era um desejo manifestado pelo ex-governador do estado de Santa Catarina engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz em fins do século XX (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 2023). Já de acordo com (SOUZA; LEITE, 2014), o APESC teria um de seus primeiros atos de fundação documentado no dia 26 de setembro de 1918, durante o mandato do governador Felipe Schmidt, por meio da Lei n.º 1.196. Porém, naquele momento, nenhum diretor teria sido designado para administrá-lo, uma ocorrência que culminaria na sua imediata dissolução. Duas novas tentativas teriam buscado recriá-lo, porém ambas, mais uma vez, não obtiveram sucesso: a primeira em 28 de dezembro de 1931, por meio do Decreto n.º 186, no Governo do Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil, e a segunda em 1933, no Governo do Interventor Federal Aristiliano Ramos, por meio do Decreto n.º 349, de 10 de maio (DEBATIN, s/d).

A efetiva criação do APESC se concretizaria somente em 1960, por meio da Lei n.º 2.378 de 28 de junho. Naquele momento, sob a guarda da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 2006). Atualmente, por meio da Lei nº 381 de 07 de maio de 2007 o Arquivo mantém-se vinculado à Secretaria de Estado da Administração, em específico da Diretoria de Gestão Documental, sendo um órgão normativo do Sistema de Gestão Documental estadual.

A sede do APESC passou por diversos locais da cidade de Florianópolis. Entre os anos de 1960 e 1971 foi abrigado no Palácio do Governo, atual Museu Cruz e Sousa; entre os anos de 1971 e 1972 compartilhava o prédio localizado na esquina entre as ruas Tenente Silveira e Jerônimo Coelho com a Imprensa Oficial do Estado – IOESC; entre os anos de 1973 e 1976 foi instalado no Edifício das Diretorias localizado na rua Tenente Silveira; em 1976 foi brevemente transferido para Rua Almirante Alvim e no mesmo ano para a Rua Felipe Schmidt, onde ficaria até 1992; entre 1992 e 2006 foi alojado na avenida Mauro Ramos; sua penúltima mudança ocorreu em 2006, quando foi transferido para edifício no bairro Saco dos Limões. Em 2022, por conta de problemas estruturais do prédio que o abrigava, a documentação do Arquivo foi transferida temporariamente para edifício na cidade de São José, no bairro Kobrasol.

Por se tratar de um arquivo vinculado à administração pública, o acervo do APESC é composto por documentação em diversos suportes, tipos e gêneros documentais relativos à processos administrativos governamentais, totalizando aproximadamente 2.500 metros lineares. São documentos datados entre o início do século XVI até o fim do século XX tais quais: manuscritos, impressos, datilografados, cartográficos, iconográficos (principalmente fotos e cartazes doados ao APESC por pessoas físicas e jurídicas). Há também coleções de leis, decretos-leis, decretos e portarias estaduais desde 1830 até os dias atuais (originais com assinaturas e impressas em publicações), leis federais brasileiras datadas de 1811 até a década de 1980, além de leis portuguesas do período de 1791 a 1820 (SOUZA; SILVA, 2014).

O segundo local de realização da pesquisa não teve o mesmo percurso do APESC que, como se viu acima, foi “vítima” de um itinerário repleto de mudanças, as quais geram sempre uma preocupação em relação à integridade da informação que o arquivo tem o compromisso de preservar.

O Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina foi criado por decreto

datado de 25 de novembro de 1949 e assinado por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, naquele momento Arcebispo à frente da Arquidiocese de Florianópolis, função que exerceria até sua morte em 1967. O Arquivo Eclesiástico é de responsabilidade da Mitra Metropolitana de Florianópolis, portanto, é o Arcebispo Metropolitano o responsável por delegar profissionais responsáveis pela gestão documental do acervo.

No momento de sua criação, o arquivo ficava abrigado junto à Catedral Metropolitana de Florianópolis, onde permaneceu até 1966 quando foi transferido temporariamente para a avenida Rio Branco, em Florianópolis. Desde 1968 funciona em prédio anexo à Cúria Metropolitana, na Rua Esteves Júnior, também na cidade de Florianópolis.

O Arquivo Histórico Eclesiástico reúne e preserva inúmeros documentos de valor único, pois no período anterior à Proclamação da República todos os registros de nascimentos, casamentos e óbitos no Brasil eram feitos pela Igreja Católica por meio das paróquias espalhadas por todo país. Sendo assim, a Arquidiocese de Florianópolis é responsável pela guarda de documentação referente a nascimentos, matrimônios e falecimentos ocorridos na região entre os anos de 1751 e 1889. Entre esses registros, é possível encontrar um livro de casamentos que um dia pertenceu à Paróquia de Nossa Senhora do Desterro datado em 1714. Para além dessa documentação, associada ao cotidiano da população catarinense entre os séculos XVI e XIX, o acervo da instituição também é formado por grande volume de documentação sobre a história da Igreja Católica em Santa Catarina (DIBRARQ, 2023).

Esse breve histórico das instituições investigadas foi necessário para posteriormente apresentar de que forma a busca foi nelas efetuada e os vestígios documentais que elas preservam. Cada uma, a partir das atribuições e da documentação que abrigam, precisou de um roteiro de investigação individualizado.

Desenhando o “mapa da mina”

Os primeiros encontros com os arquivos sempre são reveladores de surpresas boas, mas também de surpresas não tão positivas. Em relação aos arquivos apresentados acima, foi uma grata surpresa encontrar alguns instrumentos de pesquisa que permitiram fazer um “recorte” na documentação que seria investigada. A disponibilidade dos funcionários de ambas as instituições também foi

fundamental para elaborar um plano para as idas ao “campo”. Pode parecer estranho ressaltar a presença ativa desses servidores, porém o cenário nas instituições arquivísticas não é sempre assim receptivo, não raro, o acesso à documentação é negado aos pesquisadores por meio de justificativas como a ausência de organização dos documentos.

Em relação ao APESC, as pesquisas puderam ser iniciadas em meio digital, já que alguns dos instrumentos de pesquisa da instituição, bem como parte do acervo, estão disponíveis à consulta por meio da plataforma AtoM¹. Tendo esses instrumentos em mãos, foi percebida a existência de fundos privados entre a documentação lá abrigada. Como o interesse da pesquisa é tratar de mulheres como titulares de arquivos, não seria relevante buscar por outros fundos do acervo da instituição, já que se referem a outras proveniências (seu “acumulador” não foi uma pessoa física), sobretudo, da administração pública.

No total, segundo apontam os instrumentos de pesquisa, o APESC possui sob sua guarda nove fundos privados: o Fundo Privado Monumento Vidal Ramos, o Fundo Privado Álvaro Alves, Fundo Privado do José Vieira da Rosa (Gen.), Fundo Privado Ferdinand Knoll, Fundo Privado Rogério Duarte de Queiroz, Fundo Privado Candido Caldas (Marechal), Fundo Privado Aroldo Damiani Pessi e Alba Grisard Pessi, Fundo Privado Haroldo Paranhos Pederneiras e o Fundo Privado Jorge Lacerda. (APESC, 2018, p. 3-4)

Apesar de um inventário analítico da documentação presente nesses fundos estar organizado em Catálogo disponibilizado à consulta, alguns detalhes dessa documentação, como a procedência ou destinatário, não eram passíveis de averiguação. Assim, após essa análise inicial, foi necessária a investigação em cada item documental, em especial no Fundo relativo ao ex-governador do estado de Santa Catarina, Jorge Lacerda, pesquisa que revelou algumas surpresas, como se verá à frente.

A necessidade de fazer a observação documento a documento, remete, mais uma vez, à perspectiva da etnografia nos arquivos, em especial, a partir da perspectiva do “estar lá”. Nesse sentido, entende-se que a ida ao local de pesquisa foi essencial não só para investigar a fundo os conjuntos documentais, mas também para realinhar as expectativas de pesquisa, bem como, as próprias práticas daqueles que trabalham dentro desses arquivos.

1 Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/> Acesso em: 25 out. 2023

Em relação ao Arquivo Histórico Eclesiástico, não havia instrumentos de pesquisa tão detalhados como aqueles encontrados no APESC. Os contatos iniciais foram feitos via *e-mail* com a funcionária responsável pelo acesso de pesquisadores ao acervo. A partir da explicação do tema da pesquisa, essa mesma funcionária apontou conjuntos documentais que poderiam servir ao objetivo da investigação. Foram selecionadas dentro dessa coleção vinte e três pastas plásticas onde estavam acondicionadas correspondências e documentação trocada entre religiosas, congregações religiosas femininas, irmandades religiosas e associações de mulheres católicas e a Cúria Metropolitana de Florianópolis.

Como não havia nenhum inventário do conteúdo das pastas, o próximo passo da pesquisa, assim como no caso do APESC, foi verificar um a um o seu conteúdo. Elas foram, portanto, analisadas por item documental, documento por documento, o que exigiu, novamente, um longo processo de idas e vindas ao arquivo.

Andando pelos “caminhos da noite”, mas com companhia

Ler nas entrelinhas é saber operar com escalas, a noção de “jogo de escalas” foi proposta por Jacques Revel (1998) na obra *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tal metodologia de análise busca romper com dicotomias que opõem o individual ao coletivo, dando maior importância a uma dimensão ou outra. A perspectiva do “jogo de escalas” demonstra que as abordagens que ora observam as estruturas, ora observam o particular, não são antagônicas, mas complementares, pois na “redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p.136), podemos observar como os indivíduos circulam entre as brechas, as rachaduras, que existem nas grandes estruturas de poder ou dominação. A observação dos arquivos aqui abordados se deu a partir de sucessivas aproximações e afastamentos que vão do plano micro ao plano macro e vice-versa, ou seja, do entendimento do contexto da instituição ao item documental, procurando as brechas onde estariam as mulheres nesses conjuntos.

Uma abordagem antropológica, como mencionada anteriormente, vai ao encontro desse “jogo” que opera a partir de diferentes lentes, pois além de práticas pontuais ou individuais, nela “devem ser considerados os contextos nos quais os

conjuntos documentais se inserem: contextos sócio-históricos mais amplos, de uma parte, e contextos arquivísticos nos quais são preservados, tratados e disponibilizados, de outra (HEYMANN, 2013).

Para analisar mais de perto os acervos privados presentes no APESC, é preciso antes de tudo refletir sobre o que representam os arquivos institucionais públicos e a histórica cisão existente entre esse tipo de arquivo (público) e os arquivos de pessoas, divisão que poderia ser pensada também por meio de categorias como o “oficial” e “individual”. Segundo Cook (1998), existe em muitos países uma divisão incômoda entre tais tipos de arquivos e, por vezes, até mesmo uma tensão que emerge do caráter dos documentos que abrigam e os objetivos para os quais os documentos neles abrigados são criados e preservados.

Ainda de acordo com Cook (1998), via de regra, em diversas partes do mundo, os arquivos nacionais não recolhem papéis de indivíduos particulares, um padrão que também ocorre em arquivos estaduais, provinciais, regionais e locais ou municipais. Em geral, os arquivos pessoais ou manuscritos privados, acabam sendo adquiridos pelas bibliotecas nacionais, regionais, ou ainda por universidades, museus e institutos de pesquisa ou de documentação especializados. Um cenário que vem se modificando no cenário nacional brasileiro nos últimos anos, à exemplo do Arquivo Nacional², que instituiu em 2018 política de aquisição relativa ao tema. Porém, mesmo nesse panorama de abertura, a guarda desse tipo de documentação por arquivos públicos é aberta excepcionalmente aos documentos de indivíduos que tiveram algum tipo de projeção pública, normalmente, associada à prática política ou aos casos em que há a ameaça de destruição de algum conjunto documental, sendo assim, o arquivo é como um guardião passivo, que se propõe a guardar tal documentação, pois nenhum outro espaço tem disponibilidade para fazê-lo.

Os fundos privados encontrados no APESC parecem se encaixar no último caso relatado acima. Os conjuntos analisados são em grande medida registros que foram reunidos com objetivos diversos, mas que não tem nenhuma relação com políticas de aquisição de acervos formalmente implantados pela instituição. Sendo assim, esses acervos privados estarem guardados no APESC parece uma

² Importante destacar que, no caso do Brasil, o Arquivo Nacional instituiu formalmente em 13 de março de 2018 - 20 anos após a publicação do texto de Cook aqui usado como referência - a sua Política de Aquisição de Acervos Privados. O trabalho foi iniciado ainda em 2017 por meio de um Grupo de Trabalho criado pela portaria 477, de 11 de outubro 2017.

“obra do acaso”: alguém, em algum momento, não é possível detalhar, intermediou as suas aquisições.

O Fundo Privado Jorge Lacerda se enquadra nesse cenário, de acordo com o *Catálogo dos Fundos Privados* disponibilizado pela instituição, o acervo foi incorporado ao Arquivo Público com a autorização da família do titular, através do projeto *Registro da Memória Pública de Santa Catarina*, em meados de 1986³. Jorge Lacerda, registrado Jorge Cominos Lacerda e descendente de imigrantes gregos, foi uma figura política influente no estado de Santa Catarina sendo eleito governador do estado nas eleições de 1955 e assumindo o mandato em 1956, após duas legislaturas anteriores como deputado federal da bancada catarinense. Lacerda foi vítima de um acidente aéreo em 1958 que matou também outros dois políticos catarinenses ativos à época, Nereu Ramos e Leoberto Leal (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2023).

O fundo referente a Lacerda contém aproximadamente 20.000 documentos entre cartas, ofícios, telegramas, cartões, certidões, discursos, projetos, ensaios, fotografias, entrevistas, folhetos, artigos literários, plantas, desenhos, recibos, recortes de jornais, diplomas, certificados, bilhetes etc. Os documentos estão separados por tipo documental e ordenados pela ordem cronológica, dentro das séries, subséries e dossiês.

Durante a pesquisa, as pastas e caixas foram observadas a partir da sequência numérica definida pelo próprio arquivo, porém em sentido decrescente, ou seja, começou-se pela pasta número “91” até chegar a pasta número “1” (além das pastas nomeadas como “Publicações variadas”). Vale ressaltar que em nenhum momento aparecem descritos nos conteúdos das mesmas a presença de documentos relacionados a esposa ou às filhas de Lacerda: Kyrana Atherino Lacerda, Irene, Cristina e Zoê, respectivamente. Porém, já na primeira pasta aberta essas vozes femininas marcaram sua presença, por meio de um caderno escolar (referente a disciplina de Língua Inglesa) pertencente a filha Zoê e a diversos cartõezinhos com felicitações e convites para eventos endereçados a Kyrana.

Prestando atenção a este acervo e voltando às definições e normativas

3 Segundo Schütz (2020), que tratou da trajetória intelectual do historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, coordenador do projeto supracitado, a iniciativa teve como resultado dois livretos nos quais são elencados aspectos envolvendo as atuações políticas de governantes, bem como a publicação de entrevista realizada com o personagem temas das publicações. Os livretos foram lançados em 1986 e tiveram como figuras centrais os ex-governadores Celso Ramos e Ivo Silveira.

construídas a partir da Arquivística, emergiram algumas questões para reflexão. De acordo com a Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil, são considerados “arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (Brasil, 1991). Segundo Heloísa Bellotto, uma das principais referências na área, essa definição dada pela norma toca justamente em uma das características dos documentos arquivísticos, a sua relação com o conjunto ao qual faz parte: sua organicidade. Como tributária desse atributo advém a noção de fundo de arquivo, ou seja, o “aglomerado lógico, estruturado e indivisível, de documentos produzidos por um órgão ou por entidade no decurso de atividades que justificam sua própria razão de ser” (BELLOTTO, 2006, p. 253). Importante destacar, nesse sentido, que o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) considera as noções de “arquivo” – como um conjunto de documentos e não como instituição de guarda – e “fundo” como equivalentes.

Sendo assim, à definição proposta por Bellotto podemos acrescentar a questão dos arquivos pessoais, ampliando a noção de arquivo privado, ou o fundo privado acima apresentada, afirmando que ela corresponde ao “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade, pública ou privada, pessoa ou família, **no desempenho de suas atividades**, independentemente da natureza do suporte” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 27, grifo nosso).

Tomando essas definições como um parâmetro para observar o Fundo Jorge Lacerda, percebe-se duas inconsistências em relação a forma como é apresentado o conjunto documental abrigado pelo APESC e entendido como um “fundo”. Primeiramente, é possível notar que os documentos lá abrigados representam somente uma parcela dos “documentos produzidos e acumulados” por Lacerda “no desempenho de suas atividades”, pois como já dito, esse conjunto chegou até o Arquivo por intermédio de um projeto de pesquisa, portanto, por um recorte temático já definido anteriormente. Ainda, no que tange a expressão “no desempenho de suas atividades”, há um outro elemento a interrogar: a existência de documentos posteriores ao falecimento de Lacerda, portanto, datados posteriormente a 1958. Esses documentos, por sua vez, diversos telegramas e documentos pessoais têm como titular a viúva de Lacerda.

Assim, nesse breve mirada, percebe-se que além da ausência das mulheres da família nos instrumentos de busca relacionados ao fundo, pode-se questionar

também a nomenclatura do fundo, que, se fosse levada à cabo a definição acima descrita, não poderia ser denominado um “fundo”, mas sim uma coleção, a qual deveria ter também como titular viúva de Lacerda, Kyrana. Conforme o já mencionado Dicionário de Terminologia Arquivística, uma coleção pode ser definida como um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (1996, p. 52), assim sendo, o fundo Lacerda, nada mais seria que uma coleção de documentos reunidos intencionalmente com objetivos de pesquisa, “papéis que se pretend[ia] analisar para elaborar trabalhos historiográficos” (BELLOTTO, 2006, p. 253)”, o projeto *Registro da Memória Pública*. Nesse caminho, portanto, se perderam tanto a organicidade dada por seu titular, bem como, a presença das mulheres, em especial de Kyrana, que por meio de seus papéis nesse conjunto foi percebida.

Ao longo dessas longas tardes de “mergulho” nos documentos salvaguardados no APESC, a partir de uma abordagem etnográfica, foi possível tirar dos bastidores do acervo de um homem público e colocar no palco da memória os vestígios de mulheres que orbitavam esse personagem, mas que por conta de injunções sociais tiveram sua atuação subsumida no meio dessa documentação. Como apontam Cerchiaro e Alves (2022), a reflexão sobre os silenciamentos que se operam dentro dos acervos não pode estar desvinculada de processos sociais e políticos mais amplos que definem os espaços de atuação de mulheres e homens. “Assim como a história tradicional privilegiou em suas narrativas grupos e pessoas específicos, os acervos também o fazem em relação à salvaguarda documental” (CERCHIARO; ALVES, 2022, p. 13).

Ainda vale destacar, tangenciando os debates que giram em torno daquilo que é guardado e que é “dado a ver”, especialmente ao considerar as políticas de conservação e divulgação de acervos, é possível questionar quais vestígios e agentes culturais recebem prioridade nesses processos. A partir dessa perspectiva, se levanta uma pergunta crucial sugerida por Ana Maria Camargo (2009, p.29): como evitar decisões de salvaguarda fundamentadas em cânones estabelecidos, que tendem a privilegiar aqueles com reconhecimento acadêmico e social? Ao estabelecermos outras prioridades de seleção, levando em conta a transitoriedade dos valores a elas associados, quais seriam as consequências futuras dessa escolha para os campos de preservação e pesquisa que diversas instituições buscam atender? Nesse sentido, quais as repercussões das escolhas tomadas pelo APESC? Dos nove fundos por ele abrigados vemos como titulares

apenas uma mulher, Alda Pessi, ainda assim, em segundo plano e compartilhando essa titularidade com seu marido. Doravante esse diagnóstico, pode-se pensar que a lógica seguida pelo arquivo é aquela do reconhecimento público, um movimento que de certa forma, continua a reproduzir no arquivamento a mesma racionalidade do espaço público a ele exterior, o qual historicamente negou às mulheres locais de protagonismo. Porém, essa dinâmica não é exclusiva do APESC e outros exemplos ainda podem ser citados: dos 305 arquivos pessoais mantidos pelo Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, apenas 26 pertencem a mulheres. Na Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde há 88 arquivos pessoais sob a responsabilidade do Departamento de Arquivo e Documentação, somente seis são de indivíduos do sexo feminino (HEYMANN, 2020).

Diferentemente do APESC, os arquivos eclesiásticos são considerados arquivos privados e, dentro dessa definição, são entendidos como arquivos sociais, os quais “abrangem um grande número de arquivos importantes, sobressaindo-se os religiosos, os notariais e os de movimentos e entidades políticas” (BELLOTTO, 2006, p. 255).

No caso brasileiro, como apontado anteriormente, os arquivos religiosos, em certa medida, adquirem um caráter público, dado o valor jurídico dos documentos por eles lavrados no período anterior à Proclamação da República, quando não havia no país o registro civil. Dessa forma, esses arquivos também mereceram a atenção da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que determina em seu Artigo 16 que “Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social”. Portanto, o Arquivo Histórico Eclesiástico tem tanto um caráter público que obriga a Igreja Católica manter esse acervo protegido, mas também tem um caráter privado que permite o controle sobre o acesso à documentação que abriga.

É importante ainda não perder de vista, quando se trata de arquivos de instituições religiosas, o controle cuidadoso dessas organizações acerca de informações que remetam a elas, assim é possível perceber que esses arquivos têm uma clara orientação institucional em relação àquilo que é preservado, que é excluído ou que pode ser acessado (EPP, 1990). Além disso, como as instituições religiosas têm seus cargos diretivos formados quase que integralmente por homens, como consequência, há uma maior dificuldade de encontrar vestígios documentais de mulheres junto a essas instituições. Nesse caso, «é preciso então aprender a ler

nas entrelinhas” (EPP, 1990, p.167). Algo parecido ocorre com arquivos administrativos do poder público, como é o caso do APESC brevemente analisado acima, como são poucas as mulheres que ascendem a quadros de relevância dentro da estrutura hierárquica da administração pública, é sintomático que menos documentação referente a elas será possível encontrar nos acervos desses arquivos.

O Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina apresenta essas características acima descritas: o grande controle sobre informação que pode ser acessada, a orientação institucional e a obrigação em dar acesso aos documentos referentes a registros de nascimento, casamento, óbito, por exemplo, que foram produzidos em momento anterior à criação do Código Civil. No caso específico desse arquivo, como já apontado, os documentos mais antigos são um livro de registros de casamentos referente a Paróquia Nossa Senhora do Desterro, que iniciou em 1714, e um livro de registro de batismo dessa mesma paróquia, iniciado em 1751.

Os documentos analisados durante as visitas a esse acervo não eram antigos como os acima citados e envolveram objetos documentais, datados entre o início e o final do século XX, referentes a congregações religiosas femininas, irmandades religiosas e associações de mulheres católicas. O gênero e a tipologia dos documentos é bastante variada, são cartas, ofícios, livros de contabilidade, livretos, fotografias, convites para eventos, santinhos, lembranças da ordenação de religiosas enviadas ao Bispo Arquidiocesano que estivesse à frente da Cúria no momento, por exemplo. Por se tratar de documentação relativa a organizações basilarmente femininas, é natural que se encontre nesse acervo documentos relativos a mulheres, nesse sentido, é relevante destacar que não existe nenhum fundo pessoal que tenha alguma mulher específica como titular. No entanto, partindo desse primeiro diagnóstico, foi possível perceber a presença recorrente e o interesse específico acerca da vida de algumas personagens, algo que só foi possível detectar por que se buscou “olhar nas entrelinhas”.

Entre as vozes femininas que se destacaram nessa documentação, está a de Madre Benvenuta, religiosa vinda da Alemanha que teve uma atuação marcante na administração e organização da Congregação das Irmãs da Divina Providência em Florianópolis, o que legou a ela, inclusive, o nome de uma das principais avenidas da Ilha de Santa Catarina, localizada no bairro Santa Mônica. À vista disso, é interessante pensar que não foi possível localizar nenhum trabalho acadêmico que tangencie a vida dessa religiosa e que pouca coisa sobre sua vida é divul-

gada. Como exceções dentro desse cenário, podem ser citadas três reportagens publicadas pelos periódicos virtuais *ND Online*⁴ e *NSC Total*⁵, nas quais a curiosidade pela vida dessa personagem está justamente relacionada à existência de uma rua com o seu nome. De acordo com essas reportagens, o grande terreno que era posse da Congregação e que seria loteado - hoje correspondendo *grosso modo* ao Bairro Santo Mônica - teria sido um processo que teve como principal intermediadora a própria Madre Benvenuta. Porém, o que mais chama atenção nesses relatos é a presença recorrente de uma religiosa que parece se colocar como “voz autorizada” a falar sobre a vida de Madre Benvenuta: Irmã Enedina Sacheti, cenário que remete, mais uma vez, ao controle da informação preconizado nas políticas de instituições religiosas.

Nos documentos encontrados no Arquivo Histórico Eclesiástico, a imagem de Madre Benvenuta diverge da representação laudatória trazida por Irmã Enedina Sacheti. Entre essas duas narrativas - a oficial e a do arquivo - aquela que se repete é a da sua atuação constante e da formação de uma sólida teia de relacionamentos que permitiu entrever sua presença até mesmo em documentos em que ela não estava diretamente envolvida, mas era mencionada. Esses elementos apontam para uma presença marcante de Madre Benvenuta dentro da burocracia e administração da Congregação, mesmo que limitada àquilo que era permitido a uma mulher exercer dentro da hierarquia da Igreja Católica. Nesse cenário, é fundamental compreender, como afirma Nunes (1985), que no catolicismo os homens não são apenas detentores do poder sagrado que faz a mediação entre o mundo terreno e o divino, mas são]também as vozes autorizadas que elaboram e reelaboram a narrativa oficial em que se naturalizam padrões sobre o que seria inerente ao mundo feminino e o que pertenceria ao mundo masculino.

Outros documentos desse acervo também vão pouco a pouco revelando a presença de diferentes mulheres. Alguns têm caráter biográfico ou trazem dados biográficos de religiosas, que são tomadas pelas próprias congregações como mulheres de destaque e modelos a serem seguidas. Conjuntamente à documen-

4 STROISCH, Bruna. Além das placas: Conheça a história de três mulheres que dão nome a ruas de Florianópolis. **ND+**, Florianópolis, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/alem-das-placas-conheca-a-historia-de-tres-mulheres-que-dao-nome-a-ruas-de-florianopolis/>. Acesso em: 16 nov. 2023. e PRADO, Windson. Madre Benvenuta: quem foi a religiosa que dá nome a uma das principais vias de Florianópolis. **ND+**, Florianópolis, 13 set. 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/madre-benvenuta-quem-foi-a-religiosa-que-da-nome-a-uma-das-principais-vias-de-florianopolis/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

5 MARASCO, Carolina. Rita Maria, Madre Benvenuta e Antonieta de Barros: quem são as mulheres dos locais de Florianópolis. **NSC Total**, Florianópolis, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nscetotal.com.br/noticias/rita-maria-madre-benvenuta-e-antonieta-de-barros-quem-sao-as-mulheres-dos-locais-de> Acesso em: 16 nov. 2023.

tação referente a Congregação das Irmãs da Divina Providência, da qual Madre Benvenuta era parte, há certo volume de objetos documentais pertencentes a outras religiosas como Irmã Heriburga, Irmã Emanuelle, Irmã Alina e Irmã Júlia. Há também alguns dossiês com documentos pessoais de duas religiosas: Irmã Bernadette Ingelbeck e Irmã Demétria.

Nesses conjuntos referentes às mulheres que seguiram pela vocação religiosa é possível visualizar diversos elementos e ações dessas personagens, como por exemplo, aspectos relacionados às necessidades financeiras ou estruturais das congregações, certos conflitos internos e até mesmo uma documentação mais pessoal como cartas e fotografias.

Já em relação aos documentos de irmandades religiosas leigas, quando são irmandades mistas, nas quais homens e mulheres são integrantes, as mulheres emergem apenas em funções como zeladoras ou responsáveis pela organização de espaços e eventos. Tais damas têm um maior protagonismo quando se tratam de Ligas ou Legiões de Mulheres Católicas, agremiações que têm somente mulheres participantes, como a Associação de Damas de Caridade ou a Legião Irmã Bernwarda, ambas de Florianópolis e formadas por mulheres de classes mais abastadas da cidade. Esses documentos foram importantes para demonstrar o espaço de atuação e quem eram as vozes que agiam nessas coletividades.

Conclusão

Como se tentou demonstrar ao longo do exposto, a perspectiva abraçada ao longo da análise, com o objetivo de tentar encontrar os vestígios de mulheres salvaguardados nos arquivos aqui investigados, apontou para algumas das maneiras pelas quais as dinâmicas de gênero perpassam os processos de construção da memória. Essas dinâmicas se deram de diferentes modos: seja por meio um silenciamento, caso do Fundo Jorge Lacerda abrigado no APESC, que nos seus instrumentos de pesquisa obliterou a presença das mulheres da família nessa documentação, seja por meio das diferentes mulheres que estavam submetidas a um ambiente onde as relações de poder apontam para um domínio eminentemente masculino, como é o caso do Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, espaço no qual não há nem mesmo instrumentos de pesquisa que possam localizá-las.

Espera-se que, ao longo dessas “andanças pelos caminhos noite”, tenha se demonstrado a importância de olhar para os arquivos desde suas particularidades e, principalmente, nas suas entrelinhas, refletindo sobre seus contextos específicos e analisando as diferentes esferas que operam nas suas construções, conservações e também difusões e que, muitas vezes, deixam silenciadas as vozes das mulheres nesses espaços “guardadas”.

Aqui foram vistas diversas ativações do arquivo, como sugere Keteelar, ativações que trouxeram à superfície os vestígios de algumas dessas mulheres presentes nesses acervos. Porém, não se pode perder de vista que essas ativações são infinitas e que novas visitas a esses arquivos, lançando novos olhares para a documentação que abrigam, poderão trazer à tona outras vozes ainda silenciadas.

Como apontado diversas vezes, as instituições arquivísticas refletem dinâmicas de poder, assim sendo, o silêncio e a invisibilidade de determinados temas ou pessoas são produtos de operações que não são neutras e inferem diretamente na construção de acervos. Por meio da interrogação dessas dinâmicas, é possível abordar questões como a negociação entre memória e esquecimento, a luta por reconhecimento e prevalência de certos interesses coletivos em detrimento de outros. Em um contexto em que as vozes femininas são frequentemente silenciadas, muitas vezes de maneira coercitiva e violenta, destaca-se a importância dos processos de arquivamento de suas experiências como personagens históricas, assim como o papel desempenhado pelas instituições de memória, que nas suas políticas determinam, por exemplo, quais os arquivos estão dispostas a receber, salvaguardar e tornar disponíveis.

Por fim, reitera-se que as linhas aqui descritas e o projeto de pesquisa do qual elas são recorte, pretendem se articular às preocupações recentes que determinadas instituições arquivísticas no país têm no sentido de valorizar acervos femininos, tanto por meio do processamento e aquisição de arquivos de mulheres, quanto através de projetos de difusão de fundos dessas titulares. O debate ainda está em curso e, claro, não se esgota na presente análise. Existem ainda muitas narrativas tácitas a serem tiradas da escuridão.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Catálogo fundos privados APESC, 2018. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração, 2018. 43 p. Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/4/f/8/4f87b36317445bd4df97be63978f64388272a3b29f242b3996d08e0e902e16a7/CATALOGO_DOS_FUNDOS_PRIVADOS.pdf Acesso em: 01 nov. 2023

BRASIL. Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 08, 11 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Org.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf Acesso em: 04 out. 2023.

CERCHIARO, Marina; ALVES, Carolina. Mulheres, histórias e arquivos. **História e Cultura**, Franca, v.11, n.1, jul/2022, p. 15-21. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3689> Acesso em: 16 nov. 2023

DEBATIN, Terezinha. Secretaria de Estado da Administração, Santa Catarina. Apresentação de Slides. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6178075-Arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina-expectativas-e-horizontes-da-arquivologia-em-santa-catarina.html> Acesso em: 01 nov. 2023.

DIBRARQ. **Arquivo Nacional**, Arquivo Histórico e Eclesiástico de Santa Catarina. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-historico-eclasiastico-de-santa-catarina>). Acesso em: 02 nov. 2023.

EPP, Marlene. Women's History and Mennonite Archives. **Archivaria**, Londres, v. 3, p.167-170, jan. 1990.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (Org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 67-77.

KETELAAR, E. Tacit narratives: the meanings of archives. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 131-141, 2001.

HEYMANN, Luciana Quillet. A invisibilidade dos arquivos femininos: entrevista com Luciana Quillet Heymann (Entrevista feita por Cristiane d'Ávila). In: **Café História - história feita com cliques**. Publicado em 16 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heyman/>. Acesso em: 20 out. 2023.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:**

novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Jorge Lacerda**. 2023. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1244-Jorge_Lacerda>. Acesso em: 08 de novembro de 2023.

NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n. 18, ago./set. 1989.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO. **Secretaria de Estado da Administração**, 2023. Sobre o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.sea.sc.gov.br/arquivo-publico/sobre-o-arquivo/> Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, Luiza M. K.; SILVA, Eva C. L. Arquivo Permanente: a gestão do patrimônio documental no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 260-283, 2014.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 71, dez. 2018.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Um historiador entre-lugares: a historiografia catarinense e a trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2010)**. 2020. 266 p. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Doutorado em História, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000082/00008214.pdf>